

PODER

Divergência sobre Dosimetria

Com a votação do projeto prevista para hoje, na CCJ do Senado, parlamentares não chegam a um consenso sobre destino do texto

» WAL LIMA

O Projeto de Lei (PL) da Dosimetria será apreciado, hoje, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado em meio à resistência que o texto vem sofrendo na Casa. Apesar do cenário adverso, o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), defendeu que a matéria avance e, havendo condições, seja votada também nesta quarta-feira no plenário. A avaliação de parlamentares, no entanto, é de que a falta de consenso pode resultar em pedidos de vista, votos em separado ou adiamento da deliberação.

Relator da proposta, o senador Esperidião Amin (PP-SC) reiterou, ontem, não querer na aprovação da matéria na CCJ. O principal ponto de resistência é o fato de que, da forma como foi aprovado pela Câmara, o texto beneficie condenados por crimes comuns, e não apenas os envolvidos nos ataques às sedes dos Três Poderes. Para tentar reduzir a rejeição, Amin sinalizou a possibilidade de acatar uma emenda que explicita que os efeitos da nova dosimetria se restrinjam exclusivamente aos casos relacionados ao 8 de Janeiro. Mesmo assim, senadores avaliam que mudanças desse tipo podem obrigar o retorno da matéria à Câmara, interrompendo a tramitação neste ano.

Amin esteve no plenário da Câmara à noite e conversou com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). Depois, a familiares de envolvidos nos atentados de 8 de janeiro e a advogados, disse que, se a matéria for modificada e voltar a ser discutida na Câmara em 2026, haveria a possibilidade de o texto ser revertido em uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Em entrevista ao *Correio*, o novo líder da oposição na Câmara, deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB), afirmou que, caso o projeto retorne no ano que vem à Casa com a previsão de anistia ampla, geral e irrestrita, contará com o apoio dos parlamentares.

Carlos Moura/Agência Senado



Relator do texto, Amin (E) defende aprovar o PL com mudanças mínimas; já Vieira (D) é a favor de enterrar a proposta e discutir uma nova

Entenda o caso

Brechas para outros criminosos

O PL da Dosimetria é um dos quatro itens na pauta de votação na CCJ nesta quarta-feira. O projeto, relatado por Paulinho da Força (Solidariedade-SP), reduz penas dos condenados por tentativa de golpe de Estado e pode tirar o ex-presidente Jair Bolsonaro

(PL) mais cedo da prisão. Uma série de brechas, no entanto, pode levar ao abrandamento de penas de crimes diversos, como violência sexual e corrupção. O favorecimento indireto a esses criminosos azedou o ânimo no Senado para a aprovação do texto.

A resistência atinge, inclusive, o PL. O presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, afirmou que o projeto deve sofrer alterações no Senado e, consequentemente, voltar à análise

dos deputados. Entre parlamentares ligados ao bolsonarismo, há consenso de que a proposta aprovada pelos deputados prevê uma redução de penas mais ampla do que o

desejado, o que reforça a cautela em relação à votação.

Voto contrário

Uma das principais forças de oposição ao projeto é o MDB. O líder do partido no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que há uma "esmagadora maioria" da bancada contrária à proposta da forma como foi apresentada. Segundo ele, embora exista entendimento de que as penas aplicadas aos golpistas do 8 de Janeiro merecem revisão, o texto não atende a critérios técnicos suficientes para receber o apoio do partido.

Braga ponderou que a posição final da bancada dependerá da condução da sessão pelo presidente da

CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), e do tratamento dado às emendas. Ainda assim, ressaltou que, se a discussão avançar nos termos atuais, a tendência é de voto contrário.

Já o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) reforçou a posição crítica e defendeu a rejeição da proposta na CCJ. Para ele, o projeto promove um afrouxamento penal amplo e sem critérios técnicos adequados. O parlamentar também criticou a tentativa de classificar como emendas de redação mudanças que alteram o mérito do texto, afirmando que, nesses casos, a matéria precisa retornar à Câmara. Vieira confirmou ainda que já protocolou voto em separado, que só será apreciado caso o relatório principal seja rejeitado.

» Sem benefício a "marginais de verdade"

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) defendeu, ontem, mudanças no Projeto de Lei da Dosimetria, a fim que a redução de penas não beneficie condenações sem relação com o 8 de Janeiro. Ele disse acreditar que o texto será aprovado pelo Congresso ainda neste ano e voltou a ressaltar que o projeto tem o aval de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que será favorecido. "Realmente tem esse problema que precisa ser corrigido. A gente está tentando ver como é que faz alguma alteração ali para evitar que esse benefício seja dado a marginais de verdade, marginais perigosos de verdade, na carona da votação desse projeto. Precisamos aprimorar esse texto", declarou, após visitar seu pai na Superintendência da Polícia Federal em Brasília.



Não posso votar contra o projeto (da Dosimetria) na CCJ porque eu sou o presidente, mas se for para o plenário, pode confirmar que eu votarei contra"

Otto Alencar (PSD-BA), senador

Cobrança à França e à Itália por acordo

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou, ontem, que líderes de países como a França e a Itália apoiem a assinatura do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, prevista para ocorrer no próximo sábado, durante a Cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu, no Paraná.

"Eu espero que o meu amigo (Emmanuel) Macron e a primeira-ministra da Itália (Giorgia Meloni) assumam a responsabilidade e que, no sábado, após fazer a reunião do Mercosul, com a participação da União Europeia, espero que tragam a boa notícia de que vão assinar o acordo e de que não vão ter medo de perder competitividade (com produtos brasileiros)", enfatizou Lula, em discurso na cerimônia da reunião do

Conselho de Participação Social, no Palácio do Planalto.

Lula também comentou não haver sentido na resistência de produtores rurais franceses em relação ao acordo, porque os produtos da agricultura da França não competem com os do agro brasileiro. "O presidente Macron está muito preocupado com os produtores rurais franceses, que acreditam que vão perder competitividade na disputa com o Brasil. Eles não querem fechar o acordo agora porque a população está meio rebelde na França", completou.

Sem concorrência

O chefe do Executivo também afirmou já ter comunicado a Macron que os produtos do agro francês não competem com os do agro brasileiro. "Na verdade, são coisas

diferentes, qualidades diferentes. E nós estamos cedendo mais do que eles (no acordo)", acrescentou.

No parlamento europeu, uma minoria significativa que representa países como França, Itália e Polônia posiciona-se de forma relutante ao acordo. Ontem, os deputados aprovaram, por 431 votos a 161, uma série de medidas que preveem mecanismos de salvaguarda para o setor agrícola, um dos mais insatisfeitos com esse processo. Produtos mais sensíveis, como carne bovina, aves e açúcar, serão supervisionados e, caso seja constatada um desequilíbrio prejudicial de mercado, a UE poderá aplicar tarifas adicionais.

Já países como Alemanha e Espanha defendem que o acordo beneficiará as exportações europeias, afetadas pelas tarifas comerciais dos Estados Unidos.



Espero que o meu amigo (Emmanuel) Macron e a primeira-ministra da Itália (Giorgia Meloni) assumam a responsabilidade e que, no sábado, após fazer a reunião do Mercosul, com a participação da União Europeia, tragam a boa notícia de que vão assinar o acordo"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República



Lula diz não ter sentido a resistência de produtores rurais franceses

ALEXANDRE GARCIA

QUANDO A ÉTICA NÃO IMPERA, NÃO HÁ CIVILIZAÇÃO, NÃO SE MANTÉM A ORDEM, NÃO SE GERA BEM-ESTAR. DISSO, Vêm TODAS AS DEMAIS CRÍSES

Crise ética

Ernesto Geisel era chefe da Casa Militar do governo Castello Branco em 1964 e participava de uma reunião ministerial no Palácio Laranjeiras, no Rio, em que se discutiam reformas. A certa altura, o ministro da Viação e Obras Públicas, Juarez Távora, argumentou: "Mas é uma questão cultural". Terminada a reunião, Geisel entrou no elevador tão irritado que jogou sua pasta no chão. "Cultural! Então, não vai resolver nunca".

No Brasil, parece que temos uma questão cultural que nos

prende ao chão. Parece coisa de maoquista, que gosta de sofrer. Ou de quem não se julga merecedor de tudo que ganhou nosso país: solo, água, clima, recursos naturais, espaço — um paraíso, se bem administrado. Culturalmente, no entanto, somos permissivos. E, aí, enveredamos para o nível mais perigoso de uma nação: crise ética. Quando a ética não impera, não há civilização, não se mantém a ordem, não se gera bem-estar. Disso, vêm todas as demais

crises. E quando acontece no topo da organização de um estado, a tragédia é maior, porque, com mau exemplo vindo de cima, fica fácil moradores da beira da estrada julgarem que nada fazem de errado quando saqueiam caminhões acidentados, ou quando grupos invadem imóvel alheio, ou quando o indivíduo furtá mercadoria na loja.

"Normalizamos" a anulação de processo penal de gente que confessou crime e devolveu o que roubou; convivemos com contratos milionários de famílias de agentes públicos com banqueiros viginistas, com desvios de dinheiro público e emendas para asfaltar estrada

de deputado/ministro, aceitamos mentiras, hipocrisias dos que elegemos para administrar nossos impostos. De nossa parte, aceitamos tudo isso porque também é parte da nossa cultura oferecer propina para quem nos vai multar, passar sinal fechado, achar que é vantagem ser esperto e furar a fila, colar na prova, aproveitar qualquer oportunidade para ganhar, ainda que fora da lei e prejudicando outros. Os que acham que está tudo errado estão anestesiados; acreditam a Trump ou a Deus; não sabem que a solução está em nós, a origem do poder, origem do voto, origem da crise.

Defendemos-nos alegando

o victimismo, justificando que é apenas uma reação que nos protege; se os outros fazem, eu também posso fazer. Agora, em uma exposição sobre o "Complexo Brasil", na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, um texto atribui aos portugueses os males do Brasil. Como se não fôssemos vítimas de nossas próprias escolhas. Os brasileiros que foram morar em Portugal me dizem que saíram do Brasil por medo. Agora vejo o Brasil mais perigoso que o Haiti, num levantamento da Acled que monitora conflitos armados. Somos o 7º entre os países mais perigosos do mundo. Como na *Revolução dos Bichos*, de Orwell, já

não distinguimos quem são os homens e os porcos. Mas isso é só a consequência.

Sem ética, não se respeitam as leis nem os outros; não há a de-cantada justiça social. E tudo fica injusto, pois é a ética que gera justiça. Incrível que este país mostre um vazio na mais alta de suas cortes de Justiça, a ponto de seu presidente sofrer resistência ao buscar um código de ética — que não seria necessário, se estivesse escrito em cada neurônio de cada pessoa. Querem acabar com as crises? Instale-se, nos lares e nos palácios, o império da ética. Ou será que não queremos resolver nunca?